



SESSÃO TEMÁTICA Nº 06 – PROCESSOS DE MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

AVANÇOS E FORTALECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DO PECAFES

Bruna Raquel Torquato Pinho/Universidade Federal do Rio Grande do Norte¹

Resumo:

O PECAFES é um programa institucional que tem o objetivo de adquirir a compra de produtos oriundos da agricultura familiar e de suas organizações socioeconômicas, como associações e cooperativas, garantindo pelo menos 30% das compras realizadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte para a alimentação escolar do ensino público estadual. O intuito do programa é incentivar o consumo de alimentos sustentáveis, o que contribui para o fortalecimento do desenvolvimento rural do estado, além de incentivar também a autonomia das mulheres agricultoras beneficiadas pelo programa. O estudo pretende utilizar metodologias qualitativas de coleta de dados e análise, ao se propor realizar entrevistas com as mulheres agricultoras pertencentes à rede de comercialização do estado, além de metodologias como explorar a diversidade, ao estudar as diversas manifestações de atores e grupos sociais, e também a interpretação de fenômenos culturais ou históricos, pois pretende analisar as motivações das quais decorrem a tomada de decisão de atores ou grupos sociais. Como resultados, espera-se concluir que o programa tem beneficiado as mulheres agricultoras do estado, que passam a ser inseridas nas políticas públicas, além de contribuírem com suas atividades de produção e comercialização para um fortalecimento do desenvolvimento rural. Com o incentivo de políticas e programas institucionais, as mulheres agricultoras conseguem integrar efetivamente a produção e comercialização agroecológica e contribuir com o desenvolvimento rural do estado.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas de desenvolvimento. Economia solidária. Segurança alimentar e nutricional.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

INTRODUÇÃO

O Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES), regulamentado pelo Decreto Estadual nº 29.183/2019 e instituído pela Lei nº 10.536/2019, tem a finalidade de facilitar e garantir a aquisição, de forma direta ou indireta, de produtos de origem agropecuária, produzidos por agricultoras, agricultores, por povos e comunidades tradicionais ou suas organizações socioeconômicas, como associações, cooperativas e grupos produtivos (Rio Grande do Norte, 2019).

De autoria da deputada estadual Isolda Dantas (PT/RN), a regulamentação da Lei prevê que no mínimo 30% das compras realizadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte para o abastecimento dos equipamentos públicos sejam provenientes da agricultura familiar. Com isso, busca o incentivo ao consumo de alimentos mais saudáveis, o que contribui também diretamente para o desenvolvimento rural do estado, além de incentivar a autonomia das produtoras e produtores rurais e, especialmente no caso desse estudo, das mulheres agricultoras.

Com a garantia das compras institucionais pelo programa, é beneficiada tanto a população do estado, que tem acesso a alimentos livres de agrotóxicos e produzidos com base nos princípios da agroecologia, como os grupos produtivos, principalmente aqueles compostos por mulheres rurais do estado, que passam a ser inseridas nas políticas públicas. Com o incentivo de políticas e programas institucionais, as mulheres agricultoras conseguem integrar efetivamente a produção e comercialização agroecológica, como também a economia.

Além de incentivar o consumo de alimentos saudáveis produzidos com bases agroecológicas e sustentáveis, ocorre também a valorização da cultura alimentar regional, no caso o semiárido potiguar. Essa valorização da produção da agricultura familiar por meio de compras governamentais resulta no abastecimento dos equipamentos públicos do estado e de sua rede assistencial de alimentação e nutrição, ao priorizar produtos advindos da produção orgânica e agroecológica, como hortaliças, frutas, cereais e carnes.

Ainda com base na Lei estadual do PECAFES, é garantido ao Estado do Rio Grande do Norte maior incentivo na economia do setor agrícola, tendo em vista os retornos econômicos que as compras governamentais trazem para a região. Ao destinar uma verba específica em benefício das produtoras e produtores rurais que são responsáveis por grande parte do consumo de alimentos no estado, o programa também gera bons resultados para a parcela da população que recebe tais alimentos, como escolas, restaurantes populares e hospitais.

Ao levar à mesa de milhares de potiguares alimentos produzidos com bases agroecológicas e livres de agrotóxicos, o Governo do Estado também adota medidas de proteção à saúde de populações mais vulneráveis, bem como promove a segurança alimentar e nutricional dos que mais precisam. O PECAFES se torna ação fundamental tanto para o fortalecimento da agricultura familiar, do

desenvolvimento rural, para o incentivo ao crescimento da economia regional e melhores índices de saúde para sua população.

Ainda, uma maior participação na produção e comercialização resulta em maior autonomia para essas mulheres agricultoras. É nas atividades dos grupos produtivos que as mulheres objetivam valorizar o trabalho realizado por elas ao mesmo tempo em que buscam fortalecer as suas organizações e associações de trabalhadoras rurais, garantindo também a participação das mulheres nas políticas de inserção e apoio à produção e comercialização agroecológica e solidária (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011).

É com a participação das mulheres rurais que estão sendo cada vez mais valorizados os princípios da economia feminista e solidária, e um desses casos de sucesso é a organização das mulheres Rio Grande do Norte. Foi por intermédio delas que surgiu no estado um espaço de comercialização e articulação em rede, que atende a esses princípios nos processos produtivos e de venda e às suas próprias necessidades.

Fundada em 2003 na cidade de Mossoró, a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária se tornou referência na região. Por incentivo das mulheres produtoras do estado se desenvolveram formas de produção e comercialização nesse espaço, reunindo não só agricultoras e agricultores, como também os consumidores que passaram a conhecer todo o processo de cultivo e venda de produtos agroecológicos. Com o crescimento da rede, outros grupos de cidades vizinhas ou de diferentes assentamentos, fossem eles rurais ou urbanos, também passaram a fazer parte da comercialização de sua produção, em sua maioria mulheres.

Dessa forma, esse estudo objetiva entender como o PECAFES tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento rural do Rio Grande do Norte, principalmente por ser um estado marcado pelo grande número de empreendimentos voltados para a produção do agronegócio e para o mercado externo. Além disso, pretende estudar como as mulheres agricultoras podem conquistar sua autonomia por meio do PECAFES, permitindo uma inserção igualitária das mulheres rurais nos processos produtivos e de comercialização e seu acesso à renda.

Para sua conclusão, o trabalho se utilizou de metodologias qualitativas de pesquisa, com o uso de técnicas de coleta como a pesquisa documental e bibliográfica e o estudo de caso como forma de evidenciar os trabalhos que vêm sendo realizados no âmbito da agricultura familiar e seus resultados tanto para o crescimento setorial da produção agrícola, quanto para o desenvolvimento rural da região, ao expor e discutir dados recentes coletados sobre os desdobramentos do PECAFES no estado do Rio Grande do Norte e seus benefícios.

As políticas públicas voltadas para o meio rural, em especial aquelas que são destinadas ao setor agrícola, sofreram bastante influência do processo de modernização da agricultura que visava o mercado internacional. Com esse incentivo, foram valorizadas as atividades da esfera produtiva baseada em exportações de *commodities*, com o objetivo de diminuir o atraso relativo pelo qual passava o país e os desequilíbrios da balança comercial. Esse foco no processo de modernização acabou trazendo resultados negativos para a produção familiar (MATTEI, 2001).

Ao sofrer esse processo de desvalorização durante décadas, as produtoras e produtores rurais acabaram ficando dependentes de políticas que eram direcionadas, sobretudo, ao crédito rural. Entretanto, esse cenário começa a mudar lentamente com a instituição de programas elaborados para as mais diversas formas produtivas e sua relevância para a subsistência das famílias do campo e da cidade. Um desses programas pioneiros é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995.

O PRONAF foi elaborado com o intuito de reelaborar políticas públicas setoriais antigas e implantar novas especificações para as atividades produtivas da agricultura familiar, que atendiam a necessidade dos mais diversos segmentos agrícolas antes desvalorizados e incentivavam o desenvolvimento rural, especialmente daqueles setores economicamente mais fragilizados. O programa buscava inserir as produtoras e produtores rurais tanto nos mercados agropecuários, quanto na concessão de capacitação técnica.

Ainda de acordo com o autor, além da possibilidade de facilitar a assistência e capacitação técnica necessária para equiparar as produtoras e produtores do campo ao avanço do setor agrícola, especialmente após os incentivos decorrentes da tentativa de modernização da agricultura, programas como o PRONAF também são responsáveis por inserir a agricultura familiar no sistema financeiro nacional e nos serviços ofertados por este, uma questão há muito debatida pelas trabalhadoras e trabalhadores rurais que dependem quase exclusivamente da produção familiar como renda.

Para Sabourin (2007), as análises estatísticas oficiais tendem a minimizar a relevância que a produção familiar tem na distribuição de alimentos de forma não mercantil, ou não monetária, como é o caso do autoconsumo. Esse problema é mais recorrente principalmente na região Nordeste do país, onde as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar evidenciaram o atraso pelo qual passava a região em termos de financiamento, apesar de compor quase a metade dos estabelecimentos familiares e camponeses presentes no país.

É fundamental para o autor a valorização da diversidade existente nos mercados locais e regionais, especialmente pelas formas de acesso que as consumidoras e consumidores encontram a esses mercados, como a venda direta ou pelas cooperativas e associações, feiras, programas de aquisição de alimentos, entre outras. São essas práticas que incentivam a redução da concorrência

contra os mercados externos, voltados quase exclusivamente para a produção capitalista, além de fortalecerem o trabalho no campo e a proteção dos territórios.

Com a ampliação dos mercados internos protegidos politicamente pelos programas de compras institucionais, por exemplo, os governos das mais diversas escalas locais, regionais e federais conseguem garantir alimentos para abastecer os equipamentos públicos como restaurantes populares, hospitais e escolas. Dessa forma, além de contribuírem para o crescimento econômico das produtoras e produtores rurais, também garantem àqueles que têm acesso a esses alimentos a segurança alimentar e nutricional, tendo em vista que em sua grande maioria são alimentos livres de agrotóxicos.

De acordo com estudo feito por Junqueira e Lima (2008), a implantação de um projeto nacional de desenvolvimento rural não pode deixar de contemplar a criação de políticas públicas específicas e diretamente voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Especialmente aquelas que incentivem o acesso a linhas de crédito, capitalização de recursos e aos mercados modernos, de forma que as agricultoras e agricultores possam reverter dificuldades e privações as quais foram submetidos, contribuindo para a economia local e para o desenvolvimento rural.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A economia solidária nasceu como uma resposta ao capitalismo industrial e à organização mecanizada da produção, em decorrência do empobrecimento das produtoras e os produtores rurais. Para que de fato houvesse igualdade entre todos os membros de uma sociedade, seria necessário que ao invés de competitiva, a economia fosse solidária. De forma cooperativa, cada indivíduo poderia desempenhar uma determinada atividade especializada, baseada na igualdade, que constitui uma rede de outras atividades complementares.

A economia solidária é aliada a um modelo alternativo de produção agrícola e se baseia na liberdade individual, que resulta na igualdade, onde cada produtora ou produtor recebe uma parcela importante da atividade agrícola realizada e onde também se estabelecem novas práticas de relações de gênero. Ou seja, a solidariedade na economia será alcançada à medida que for organizada de forma igualitária pelas pessoas que se associam, seja para produzir, comercializar, consumir (SINGER, 2002).

Em sua maioria, as redes de comercialização solidária são formadas por agricultoras e agricultores que atuam na produção com bases na agroecologia, por meio de estratégias alternativas de uso de recursos naturais, de organização de trabalho e percepções sobre a relação da atividade produtiva com os ecossistemas locais. Atua na expansão das atividades ligadas à agricultura que vêm sendo desenvolvidas por grupos e organizações de camponesas e camponesas, que desempenham um papel significativo na construção de um novo mercado institucional e ações de política pública.

Essas organizações de economia solidária e as decorrentes redes de comercialização são responsáveis por incentivar a democracia e a igualdade para as produtoras e produtores rurais, ao refletir grandemente na sua autonomia e na participação direta nas esferas da vida privada e nas formas de organização social (SCHMITT, 2010). Por possuírem um padrão de conservação dos recursos naturais como água e solo, seu caráter mercantil difere das formas capitalistas dos processos produtivos e de comercialização.

Além das feiras agroecológicas, que incentivam a integração desses produtos ao mercado, os programas institucionais de compras governamentais também são importantes estratégias de inserção igualitária à economia. Os resultados dessas ações são a valorização de agricultoras e agricultores e seus produtos, pois é a partir dessas compras que as famílias rurais garantem sua renda. Mais que uma forma de impulsionar o trabalho realizado pela agricultura familiar, as políticas e programas de fortalecimento também resultam no incentivo à economia local.

No que diz respeito à segurança alimentar e nutricional, é possível perceber a relação que a economia solidária tem com seus princípios, pois é a partir da comercialização de alimentos agroecológicos que se garante o acesso a produtos de qualidade pela população que os compra. Mas além do acesso pelas redes de comercialização solidária e feiras agroecológicas, boa parte da população também tem tido acesso a tais produtos por meio dos programas de compra e venda da agricultura familiar, como é o caso do PECAFES.

Esses dois modelos de produção e comercialização contrários ao modelo hegemônico capitalista atual de distribuição de alimentos que ainda insiste em ser difundido no país estão diretamente relacionados a novas práticas de incentivo à saúde da população, por meio da segurança alimentar e nutricional. Afinal de contas, as estratégias de ação e as prioridades nos modelos alternativos de produção de alimentos levam em conta a contaminação por agrotóxicos, a qualidade do alimento oferecido e a importância nutricional que este tem para a saúde humana (DUBEUX e BATISTA, 2017).

De acordo com a Articulação Nacional de Agroecologia (2017), algumas questões em comum entre a economia solidária e a segurança alimentar e nutricional são o foco nas sementes crioulas, a participação fundamental das mulheres, a construção de mercados alternativos, o crédito destinado às agricultoras e agricultores familiares, a ausência de agrotóxicos e de sementes transgênicas, entre outras. Portanto, a segurança alimentar está intimamente ligada com políticas públicas que têm foco na vulnerabilidade social e econômica em qual se encontra grande parcela da população do país.

GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

As lutas feministas e a organização e ação política das mulheres e dos movimentos sociais no meio rural buscam pelo seu reconhecimento de agricultoras e sujeitos políticos, propondo uma agenda

feminista no desenvolvimento rural. As reivindicações são pautadas na sua inserção em atividades produtivas, na comercialização (com princípios da economia feminista e solidária) e na capacitação, que evidenciem o trabalho das mulheres na segurança nutricional e alimentar.

Buscam também dar destaque à ligação que seu trabalho tem com o manejo sustentável dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade, a partir de práticas produtivas agroecológicas. Os conflitos internos existentes na lógica familiar camponesa e as desigualdades entre mulheres e homens resultaram na falta de acesso a recursos econômicos e privaram as mulheres rurais de suas liberdades. Portanto, seria preciso reconhecer essas formas de privação de liberdade e adotar uma nova estratégia para sua autonomia.

Considerar como trabalho as mais diversas atividades realizadas pelas mulheres, seja no lar ou nos espaços de produção agrícola, possibilita sua visibilidade enquanto sujeito. Outra ação fundamental seria garantir a remuneração justa ou o acesso à renda própria, tornando-as independentes e autônomas, além de possibilitar sua participação efetiva nas decisões que dizem respeito tanto ao grupo camponês como a sociedade de uma forma geral (BUTTO, 2011).

Essa é uma realidade possível com a transição agroecológica e com a inserção das mulheres agricultoras em programas e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso aos mercados, por meio de uma nova perspectiva de desenvolvimento baseada na sustentabilidade tanto quanto na igualdade de gênero, que garante às mulheres o reconhecimento do seu papel de produtora e de gestora do meio ambiente.

As mulheres agricultoras alteram a realidade do campo ao recuperar experiências e técnicas de cultivo por meio da produção de quintais produtivos, hortas e pomares, comprovando a relação dessa produção com a conservação da biodiversidade. Aliada a isso, há uma concentração de mulheres no artesanato e no beneficiamento (industrialização) de alimentos, que se combina com a produção agrícola. Todos esses são produtos que podem ser comercializados em feiras agroecológicas e em programas de compras de alimentos.

Também é possível a essas mulheres construir suas identidades comuns enquanto agricultoras com base em ações por mudanças no quadro das desigualdades de gênero e do modelo produtivo no meio rural. A grande contribuição feminista na agroecologia mostra como o trabalho das mulheres se estende para além da economia mercantil, pois são experiências construídas e fundadas nas relações de solidariedade, voltadas para o cuidado e a sustentabilidade da vida humana e com a segurança alimentar e nutricional (FARIA, 2011).

Essas são ações que evidenciam a necessidade da organização das mulheres nas lutas sociais e ambientais por uma sociedade sustentável e justa. São nesses espaços políticos onde as mulheres rurais buscam construir propostas alternativas ao atual modelo de desenvolvimento (SILIPRANDI, 2009). Entretanto, também é fundamental garantir às mulheres acesso ao crédito, oportunidades de mercado e

esquemas locais de comercialização, o que pode gerar um significativo impacto no rendimento, no bem estar ambiental e na segurança alimentar de toda a população (BUTTO E HORA, 2008).

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para atender aos objetivos da pesquisa, esse estudo utilizou metodologias qualitativas de coleta, tratamento e análise de dados, ao estudar, por meio da leitura bibliográfica e da pesquisa documental, como o Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar e também para o desenvolvimento rural do Rio Grande do Norte, aliando às suas premissas os princípios da economia solidária.

Na pesquisa documental foram recolhidos documentos e registros feitos por outros estudos anteriores que tiveram objetivos semelhantes. Sua grande importância para as pesquisas qualitativas reside no fato de que tais documentos não sofrem interferência da pesquisadora ou pesquisador que está utilizando-os, diferentemente das informações colhidas e analisadas com as entrevistas ou observações (CORTES, 1998).

A pesquisa também se baseou em um estudo de caso, onde se pretendia conhecer e analisar, por meio da pesquisa documental e das leituras bibliográficas citadas anteriormente, como o PECAFES tem contribuído para o desenvolvimento rural do Estado do Rio Grande do Norte, através do incentivo à produção agroecológica, da comercialização solidária e das compras governamentais, que beneficiam tanto as agricultoras e agricultores inseridos no programa, como a parcela da população que recebe os produtos em sua alimentação.

Para Yin (2005), o estudo de caso é capaz de explicar os fenômenos que se relacionam com as ações das políticas públicas e, no caso dessa pesquisa, com o desenvolvimento rural. A importância da sua utilização no presente trabalho diz respeito à sua capacidade de fornecer conclusões gerais para o tema pesquisado, detalhando e discutindo fatores, características e pontos relevantes que se tornam determinantes à medida que o problema de estudo vai sendo abordado e analisado.

Ainda para o autor, o estudo de caso se trata de uma estratégia metodológica definida como exploratória, ao buscar descrever e interpretar fenômenos sociais complexos, de uma forma geral, para aplicar hipóteses levantadas sobre o caso observado. Também permite investigar as características presentes e inerentes ao objeto de estudo, como é o caso dos processos organizacionais referentes ao PECAFES. A investigação dos processos significativos que dizem respeito aos acontecimentos reais do objeto pesquisado, torna relevante sua análise.

No caso do objeto de estudo, as mulheres agricultoras assumem a liderança tanto na produção agroecológica, como na comercialização solidária, partindo delas a iniciativa de fundar a Rede Xique Xique. Diante disso, é possível perceber uma maior inserção nas atividades de produção e

comercialização à medida que vão sendo conferidas mais assistência técnica e incentivo institucional aos seus processos de cultivo e venda, tendo em vista que, por meio de sua organização, as mulheres rurais buscaram aumentar sua capacidade produtiva.

Além disso, também foram capazes de potencializar as atividades que já eram desenvolvidas em seus cotidianos, como artesanato, beneficiamento de alimentos como polpas de frutas, cultivos em quintais produtivos, apicultura, entre outras. Esses são resultados do protagonismo das mulheres rurais no processo de transição agroecológica, tendo como princípios o feminismo e a economia solidária, ao se organizarem e articularem em rede em todo o estado na construção do espaço de comercialização e no fortalecimento da agricultura familiar.

O PECAFES

De acordo com dados retirados do site oficial do programa, o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi instituído pela Lei nº 10.536, em 03 de julho de 2019, e tem como objetivo principal a garantia e a aquisição, que pode ser de forma direta ou indireta, de produtos de origem agropecuária, ou aqueles resultantes da atividade pesqueira, produzidos por agricultoras e agricultores, suas organizações socioeconômicas rurais como cooperativas e associações, e também por povos e comunidades tradicionais do Rio Grande do Norte.

Com as compras institucionais do PECAFES, em apenas um ano de programa o Estado do Rio Grande do Norte adquiriu da agricultura familiar o valor de R\$ 7,9 milhões em alimentos, que foram destinados para o abastecimento de escolas da rede estadual de ensino, além de terem feito parte das cestas básicas distribuídas pelo Governo às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional durante pandemia da COVID-19.

Com o avanço do programa, segundo dados coletados em setembro de 2020 pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF), foram beneficiadas cerca de 20 cooperativas e 12 associações de produtores, do qual fazem parte seis mil agricultoras e agricultores familiares. Esses são dados que exemplificam a importância que as políticas e programas de fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural têm no incentivo da produção e comercialização cada vez maior e com resultados positivos para o campo.

Outro resultado positivo do programa diz respeito à possibilidade de crédito para as produtoras e produtores rurais, o que garante também estabilidade econômica para o setor agrícola do Rio Grande do Norte. Uma dessas oportunidades é o programa estadual Credmais, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e que atua com responsabilidade mútua da SEDRAF, do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER) e da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN).

Aliados aos benefícios sociais, econômicos, ambientais e de saúde pública que são esperados

com a atuação do PECAFES, o programa de microcrédito Credmais também incentiva as atividades de produção de famílias rurais que são cadastradas no PECAFES ou que apresentem potencial em acessá-lo. Fica sobre responsabilidade da SEDRAF, portanto, a coordenação executiva do comitê gestor do programa para identificar potenciais produtores que poderão contribuir diretamente com a produção, associação e venda dos alimentos.

Desde o início da atuação do PECAFES, foram comprados itens alimentícios da agricultura familiar que até então nunca tinham sido adquiridos, como farinha de mandioca, goma para tapioca, arroz vermelho e feijão macassar (ou feijão de corda), entre outros, que chegam a corresponder cerca de 535 toneladas de produtos repassados para o governo. Além dos alimentos de origem agroecológica, as compras do PECAFES também garantiram acesso a produtos beneficiados como polpas de frutas e mel, exemplificados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Variedade de alimentos e produtos beneficiados comprados pelo PECAFES de agricultoras e agricultores familiares.

Farinha de mandioca	Goma para tapioca
Arroz vermelho	Feijão macassar
Jerimum	Macaxeira
Banana	Mamão
Batata doce	Mel
Bebida láctea	Polpa de fruta
Biscoito caseiro	Café

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pelo site da SEDRAF, 2021.

Apenas em 2020, as compras governamentais do PECAFES acumularam o valor circulante de R\$ 6,7 milhões, e estima-se que esse valor ultrapasse R\$ 11 milhões até o final de 2020, esperando-se que o valor dobre em 2021 com R\$ 20 milhões, em comparação às compras feitas em 2019, ano que o programa entrou em vigor. As compras são realizadas em todos os territórios do estado (Tabela 2), beneficiando assim as quase seis mil agricultoras e agricultores cadastrados no programa. Também era prevista até o final de 2020 uma nova chamada pública para atender vinte e duas unidades hospitalares estaduais.

Tabela 2 - Definição dos territórios do Estado do Rio Grande do Norte e quantidade de municípios agrupados.

Territórios	Municípios
Açu-Mossoró	14
Agreste Litoral Sul	24

Alto Oeste	30
Mato Grande	15
Potengi	11
Seridó	25
Sertão Central Cabugi e Litoral Norte	17
Sertão do Apodi	17
Trairi	15

Fonte: Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados fornecidos pelo site da SEDRAF, 2021.

O PECAFES também conta com parcerias entre o Governo do Estado e universidades federais e estaduais, como é o caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que lançou em parceria com a SEDRAF, em janeiro de 2020, o primeiro módulo do portal do programa. O módulo permitirá às agricultoras e agricultores familiares se cadastrarem para venderem alimentos ao programa, por meio do Sistema de Informação Regional da Agricultura Familiar do Nordeste (SIRAF/NE), onde estão reunidas informações sobre o PECAFES e o processo de compras.

O módulo elaborado pelo portal da UERN, além de possibilitar de forma eficiente o cadastro pelas agricultoras e agricultores familiares do estado, também permite melhorar a logística de identificação de possíveis colaboradoras e colaboradores do programa e os critérios qualitativos e quantitativos de compras governamentais do sistema. Com isso, espera-se que cada vez mais pessoas sejam inseridas no programa, de forma que sua expansão possa contribuir ainda mais com a economia do setor agrícola e a segurança alimentar da população que se beneficia com alimentos oriundos da agricultura familiar.

Além da iniciativa de fornecer alimentos de qualidade às populações mais vulneráveis que enfrentam a pandemia da COVID-19, o programa também fortalece a produção local da agricultura familiar, as cooperativas e associações. Com a aquisição de alimentos pelo programa, são abastecidos ainda equipamentos públicos estaduais como escolas, hospitais, restaurantes populares e presídios. Os resultados obtidos com o PECAFES garantem também o crescimento econômico do estado e a segurança alimentar e nutricional da sua população, seja ela do campo ou da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo analisar o PECAFES e como esse programa tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, por meio da aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar destinados ao abastecimento dos equipamentos públicos do Rio Grande do Norte, como escolas, hospitais e restaurantes populares. O artigo também buscou entender como as mulheres agricultoras podem conquistar sua autonomia por meio do programa, ao

serem inseridas nos processos produtivos e de comercialização e seu acesso à renda.

As técnicas metodológicas utilizadas para a conclusão desse trabalho foram interpretação de fenômenos culturais ou históricos, que buscaram conhecer as motivações e as escolhas por trás da tomada de decisão de atores ou grupos sociais, nesse caso as agricultoras e agricultores familiares do estado. Foi utilizada também a pesquisa documental, onde foi analisada a história do programa, seus objetivos, o andamento atual das ações relacionadas às compras governamentais e seu alcance nos territórios do estado.

O trabalho buscou debater a importância das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e suas relações e consequências diretas com o desenvolvimento rural, especialmente em regiões como o Rio Grande do Norte, onde houve durante décadas o incentivo exclusivamente voltado para o agronegócio, a fruticultura irrigada e as exportações para o mercado externo, que pouco se relacionavam com a realidade social, econômica e ambiental do estado.

Entretanto, ao ser analisada a trajetória do programa na realidade em que se insere do estado do Rio Grande do Norte, fica evidente que, apesar de apresentar grande relevância nesse cenário e pioneirismo não só no estado, mas também em toda região Nordeste, o PECAFES ainda representa uma parcela inferior aos investimentos que são feitos comparados àqueles destinados ao agronegócio, por exemplo. Apesar do direcionamento de recursos, ainda seria necessário recuperar o atraso relativo pelo qual passou agricultura familiar brasileira.

Para Mattei (2001), esse processo de exclusão pelo qual passou a agricultura familiar resultou em um desempenho abaixo do esperado e possível para esse setor, tendo em vista a grande diversidade de alimentos que é produzida anualmente no Brasil, de acordo com as características físicas e ambientais de cada região. Esse processo de exclusão pode ser percebido especialmente nas políticas públicas que eram voltadas para seu fortalecimento, tendo em vista que em diferentes épocas foram criados outros programas de incentivo ao agronegócio.

Portanto, a conclusão que se chega com esse estudo é a de que se torna fundamental para o meio rural a criação de espaços específicos para o crescimento e ampliação da agricultura familiar, principalmente no que diz respeito à concessão desses espaços para a organização de agricultoras e agricultores quanto à sua produção e comercialização. É necessário que possam dispor também de meios, recursos e assistência governamental para que realizem suas atividades produtivas ao mesmo tempo em que obtenham retorno econômico.

A ligação entre políticas públicas e desenvolvimento rural passa por muitas questões, entre elas a produção, a comercialização, o autoconsumo, a recuperação de saberes tradicionais, as bases agroecológicas. Todas essas são questões que viabilizam a agricultura familiar e são capazes de trazer retornos sociais, econômicos e ambientais não somente para as famílias do campo, mas também a

população que se beneficia de uma alimentação saudável, voltada para a segurança alimentar e nutricional do país.

REFERÊNCIAS

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. **Informe Soberania e Segurança Alimentar na Construção da agroecologia**: sistematização de experiências. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. Rio de Janeiro, 2010.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea (org.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008.

CORTES, S. Técnicas de Coleta e Análise Qualitativa de Dados. **Revista Cadernos de Sociologia**. 1998, v.9, nº9, p.11-47.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela Peixoto. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 2, p. 227-249, 2017.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (org.). **Autonomia e cidadania**: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, pp. 159-176, jul./dez. 2008.

MATTEI, Lauro. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: concepção, abrangência e limites observados. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém, Pará, 2001.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 10.536, de 03 de julho de 2019. Cria o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES). **Natal**, Rio Grande do Norte, 03 jul. 2019.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, 22 (3): 715-751, 2007.

SCHMITT, Claudia Job. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. In: IPEA (org.). **Mercado de Trabalho**: conjuntura & análise. Brasília: IPEA/MTE, p. 55-64, 2010.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SILIPRANDI, Emma. CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 18(2): 12-32, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.